

A aventura da razão política

Luiz Marques

13/01/2025

O primeiro número da revista *Surréalisme au Service de la Révolution* (julho 1930) publica o artigo “O asno podre”, de Salvador Dali, com uma tese original sobre a “paranoia”. À época, procura-se o “ponto do espírito” para resolver a equação entre o sonho e a vida material. Uma forma concreta e criativa para se situar “entre a água quente da arte e a água fria da ciência”, sistematizar a confusão e aprofundar um descrédito do real. A Terra Prometida está por detrás dos simulacros do terror.



Insights do artista revelam que nos processos paranoicos “a interpretação delirante da realidade conduz a uma imagem dupla”. A “alucinação” contesta a concepção psiquiátrica de “erro” do julgamento. Argui a possibilidade da representação de um objeto ser a representação de um outro objeto diferente. Importa a logicidade interna. Em tal egologia, a ideia da coisa faz verdadeira a própria coisa. Jacques Lacan fala com o pintor e escritor para compreender melhor a epifania.

Alucinações comparecem a levantes messiânicos tipo o movimento de Jacobina e os Muckers, em 1874, no Rio Grande do Sul; ou o movimento de Antônio Conselheiro na Guerra de Canudos, em 1896-1897, na Bahia. Hoje servem aos interesses da extrema direita que mantém sempre ativa uma desconfiança em face da racionalidade cognitiva e instituições da República. Desregulamentações na economia ganham maior audiência no cenário de um ceticismo generalizado sobre o regramento das virtudes pessoais e sociais. As *fake news* desempenham o papel estimulante de alucinógenos.

Temos ainda na memória as cenas de delírio em manifestações do arrebatamento verde-amarelo, na gestação e na proliferação dos acampamentos defronte os quartéis militares. O tresvario coletivo permeia as orações ao redor de um Pneu; idem, com os celulares erguidos aos céus para pedir que os Extraterrestres ajudem as Forças Armadas a substituir o Estado de direito democrático, por um regime de exceção. O Pneu e os ETs não são alegorias replicantes; consubstancializam divindades.

Deboches não devem ofuscar o entendimento das emoções dos indivíduos. A psicopolítica fundada na “paranoia crítica” (daliana) ou no “conhecimento paranoico” (lacaniano) implica uma vivência radical, à parte dos princípios filosóficos e ideológicos. O coração que bate no peito do comunista, bate no do fascista. A questão é assumir a condição antissistêmica com bravura e um programa.

Diagnosticar o modo patológico de defesa na paranoia com pensamentos e sentimentos de ameaças é começar pelo fim. A passagem da fantasia paranoica para a prática é uma overdose de negação do realismo. O desejo de matar um presidente eleito pode se insinuar em eleitores descontentes; mas poucos confeccionam um plano para o ato letal. Raros se pretendem os proprietários da história.

O patrimonialismo

Delírios também atravessam as “emendas secretas” do Congresso Nacional. A negociação entre o pusilânime sem consciência da *res publica* no Palácio do Planalto e parlamentares venais do Poder Legislativo está na origem da sujeira. As prebendas avessas a uma ética da responsabilidade são o desdobramento natural de um vácuo de governança. “Não posso fazer nada”, “eu não sou coveiro”, “chega de *mimimi*”, “por isso o cara paga menos para a mulher, porque ela engravida, *taoquei*?”

A mão invisível do mercado endossada pelo discurso da modernização cede lugar à mão visível do patrimonialismo, que subtrai o dinheiro público e esconde as digitais da quadrilha de meliantes para dificultar as investigações sobre o reiterado assalto ao Leviatã. A colonização dos cargos com poderes de deliberação na administração estatal, por agentes sem visão restauradora para corrigir as desigualdades ligadas à gramática da acumulação, legitima os sistêmicos batedores de carteiras.

Por unanimidade, a Alta Corte exige distribuição criteriosa e rastreabilidade para a liberação das vultosas emendas, além de auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) sobre os repasses. Enquanto o Centrão transaciona uma aprovação da Reforma Tributária, apoiado nas finanças e na especulação lesa-pátria. Em teoria, na democracia brasileira basta *ser* republicano para *estar* revolucionário. Contudo, o escárnio por ora move a aventura da razão política para o neofascismo.

A destruição de direitos nas relações do capital com o trabalho nas terceirizações, arrocho salarial e enfraquecimento dos sindicatos dada a desindustrialização abre a porta para o inferno. O rentismo financeiro se disfarça de “investidor”. A delinquência desfila com a bazófia dos que têm cadeira na impunidade. O mercado absoluto protege os acólitos no caminho para o *laissez-faire*. Trata-se de um sistema que sequer consegue garantir a segurança alimentar da humanidade, apesar de dispor de tecnologia para prover uma existência confortável, digna e feliz para todas e todos tornados párias.

O ideal regressivo é a privatização da política monetária e do erário, reservas naturais nas florestas e parques nas cidades, compromissos trabalhistas e aposentadorias. Ao contrário do labor formal, se incentiva um empreendedorismo individual para uma servidão involuntária; em vez da cooperação, a competição predatória e insana que gera “o homem lobo do homem”. Extraída de uma comédia anterior à era cristã, a frase *homo homini lupus* é reatualizada pelo neoliberalismo e apropriada pela camarilha canibal de congressistas desprovidos de civismo e maquiados com um falso patriotismo.

Coube a um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) recuperar o óbvio ululante, o paradigma constitucional, ao bloquear o dreno que escoia bilhões de reais clandestinos em currais do atraso. A erosão moral do decoro serve de combustível à velha antipolítica. A chantagem oportunista sobre o governo se intensifica, com vistas a um alienado pacto de submissão. O delírio de poder é evidente.

Vozes, gêneros, cores

O pagamento de R\$ 4,2 bilhões das emendas é suspenso, por desacato à transparência na execução (“peculato”) e a Polícia Federal instaura inquérito por suspeita de irregularidades na destinação de valores (“desobediência à ordem judicial”). As emendas sequestram R\$ 52 bilhões do Orçamento. Por conta dos juros, rentistas embolsam R\$ hum trilhão o que dá uma noção da extravagância. Mas a imprensa incrimina,

pelo descarado “desequilíbrio fiscal”, os aportes sociais do programa votado.

É irrazoável e ilegal a fatia do Produto Interno Bruto (PIB) entregue ao clientelismo de deputados e senadores. Viola a Carta Magna e o regime presidencialista, que elites vira-latas tolgem para não governar. Com viés gângster, o semiparlamentarismo brinda a sociedade com casos de polícia.

A mídia amplifica a paranoia do mercado. Para acalmá-lo, governantes queimam US\$ 25 bilhões de dólares dos estoques cambiais. Insuficientes para conter a moeda estadunidense que pula de R\$ 5,80 para R\$ 6,06 e R\$ 6,31; no *Google*, R\$ 6,38. O custo para reduzir R\$ 70 bilhões de gastos com os pobres, pela pressão do câmbio confere um lucro de R\$ 150 bilhões aos especuladores. Como na canção de Chico Buarque: “o tempo passou na janela / só Carolina não viu” (leia-se Banco Central).

O surto delirioso ocorre em duas frequências. Numa, condena o direito a ter direitos da população, na ilusão de uma predestinação de casta. Noutra, evoca a proteção de regiões abandonadas, como se protegesse os pequenos “contra a inflação”. O subterrâneo projeta *l’ange et la bête* (o anjo e a fera) e potencializa o esgotamento do comunitarismo, nos sintomas da alucinação e sua antítese. Então a nação, refém, é subjugada pelo *nonsense* do Dr. Simão Bacamarte no hospício da “Casa Verde”.

Movimentos sociais e partidos progressistas reagem, em nome do crescimento sustentável com a geração de emprego e a repartição das riquezas. Porém, a neutralização da mensagem transforma a igualdade de oportunidades (não de resultados), em uma panaceia. Na disputa de narrativas as cotas sociais, étnicas e de gênero se convertem em reparações afirmativas e, em simultâneo, em um mecanismo de aperfeiçoamento para absorver as contestações ao totalitarismo da mercadoria. Um estratagema para reduzir a conquista popular a um acesso justo e produtivo ao sagrado mercado.

O Brasil requer da análise política: (a) transdisciplinaridade, o empréstimo do conceito de paranoia e; (b) ênfase na chama surrealista sob a lassidão histórica, onde o “eu paranoico da civilização” oscila na correlação de forças entre a distopia e a utopia. Desconstituir o *status quo* é pôr “a serviço da revolução” a pluralidade de vozes, gêneros, cores. A realidade é o caleidoscópio que rearranja novas combinações ou o “asno em putrefação coberto por milhares de moscas e formigas”. – Você decide.

Luiz Marques é Docente de Ciência Política na UFRGS; ex-Secretário de Estado da Cultura no Rio Grande do Sul.

Compartilhe nas redes: